



Setembro/2013

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Legislativo** **Habilitação Analista Legislativo**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 1 a 4.

Código é poesia

A expressão, usada como slogan pela plataforma Wordpress, é controversa. Comparar a nobre arte poética com a técnica da programação parece sacrilégio.

Código é frio e calculado, precisa ser objetivo, não pode dar margem a interpretações. O que isso tem em comum com a artesanaria de palavras que compõe um verso?

A relação entre as duas áreas tem origens medievais. Até o século 12 não se calculava com números na Europa. Para isso existiam os ábacos. Derivados do sistema romano, números eram apenas um tipo de letra usada para registrar quantias.

Entre as muitas invenções estão a Álgebra e os Algoritmos que, com equações algébricas, usam expressões para realizar operações. Também sintéticas, essas frases em línguas estranhas (SQL, JavaScript, HTML) têm sintaxe, ortografia e métricas precisas.

A semelhança entre código e poesia vai além de sintaxe e frases curtas. Ambas têm propósito, sentido e estrutura. Por motivos diferentes, precisam ser elegantes e concisas.

Bom código, como boa poesia, não "acontece" naturalmente, nem pode ser gerado a partir de dicionários de rimas. Demanda disciplina, talento e trabalho duro.

Algoritmos bem desenvolvidos, como poesias bem escritas, seguem fluxos naturais de ideias. Tudo neles parece estar no lugar correto, nada pode ser removido, cada linha emenda naturalmente na próxima.

O fluxo de operações não é determinado pela estrutura gramatical, mas pela forma com que cada ideia se conecta à seguinte, complementando a anterior. Linhas de código, como versos, fazem referências cruzadas, em que cada parte amplifica e sintetiza o que a antecedeu.

Muitos preguiçosos autointitulados poetas apenas por serem capazes de rimar as palavras no fim de duas linhas se espantam porque ninguém suporta lê-los ou ouvi-los. Dodecassílabos, alexandrinos, heroicos ou redondilhas, poemas precisam de estrutura. Como eles, os novos programas computacionais e sonetos algorítmicos demandam estruturas e métodos para serem devidamente apreciados.

Programar websites e aplicativos é complexo, mas não é impossível, nem restrito a mentes brilhantes e especiais. Da mesma forma que todos podem escrever, todos podem programar. Com engenho e arte, novos talentos podem fazer o que Chico, Caetano e Gil fizeram com os versos da nossa música.

Mas só se poderá cultivá-los quando o preconceito que se tem com relação aos desenvolvedores for substituído pela admiração que temos por quem garimpa a beleza oculta na última flor do Lácio.

(Adaptado do texto de Luli Radfaher, **Folha de S. Paulo**, Folha Tec, 29/07/2013)

1. De acordo com o texto:
 - (A) não se deve comparar poesia e programação, porque é uma presunção, embora ambas tenham muito em comum: dependem de conhecimentos e esforços para atingir um bom resultado.
 - (B) é necessário que código e poesia, embora necessitando de conhecimentos e esforços por parte do programador e do poeta, se construam com a simplicidade das coisas naturais.
 - (C) há uma estrutura gramatical, uma sintaxe que ultrapassa o uso de rimas e de receitas, que amplifica e sintetiza códigos e formas que devem ser seguidas para se atingir os objetivos.
 - (D) devem-se considerar as peculiaridades de cada uma das atividades, mas ambas têm em comum a dificuldade de um bom desenvolvimento de suas estruturas, de sua sintaxe.
 - (E) é necessário que os poemas que são construídos por mentes brilhantes e mesmo os programas computacionais respeitem os códigos para que sejam frios, concisos e admiráveis.
2. De acordo com o texto, o autor pensa que
 - (A) os maus poetas não conhecem as regras de programação, por isso usam apenas rimas e faltam-lhes as conexões.
 - (B) os bons programadores e os bons poetas estabelecem conexões entre ideias de maneira a torná-las complementares.
 - (C) os programadores sabem extrair de seus "sonetos" a artesanaria que os constrói e infundir-lhes fluxo apreciável.
 - (D) os bons poetas são como bons programadores, sempre atentos às possibilidades das rimas e dos códigos.
 - (E) os bons poetas, como os bons programadores, sofrem com os preconceitos das pessoas que não sabem valorizá-los.
3. Conforme os dois últimos parágrafos do texto,
 - (A) fazer com engenho e arte significa admirar a beleza oculta da poesia, dos códigos e dos números.
 - (B) só serão reconhecidos os programadores que souberem garimpar bem a última flor do Lácio.
 - (C) garimpar a última flor do Lácio é uma condição básica tanto para os que escrevem poesia como códigos.
 - (D) é preciso que se reconheça o valor das atividades dos programadores tal como o dos compositores.
 - (E) não se podem ter preconceitos com os que cultivam a beleza que se esconde na última flor do Lácio.



4. A frase que se encontra na voz passiva analítica é:
- (A) Um bom código como uma boa poesia demandam disciplina, talento e trabalho duro.
- (B) Até o século 12, não se calculava com números na Europa, mas existiam os ábacos.
- (C) O fluxo de operações não é determinado nem mesmo pela estrutura gramatical.
- (D) A expressão que se usa como *slogan* pela plataforma Wordpress é controversa.
- (E) Muitos preguiçosos autointitulados poetas se espantam, pois ninguém suporta lê-los.

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 5 e 6.

Quando os jornalistas são questionados, eles respondem de fato: “nenhuma pressão é feita sobre mim, escrevo o que quero”. E isso é verdade. Apenas deveríamos acrescentar que, se eles assumissem posições contrárias às normas dominantes, não escreveriam mais seus editoriais. Não se trata de uma regra absoluta, é claro. Eu mesmo sou publicado na mídia norte-americana. Os Estados Unidos não são um país totalitário. (...) Com certo exagero, nos países totalitários, o Estado decide a linha a ser seguida e todos se devem conformar. As sociedades democráticas funcionam de outra forma: a linha jamais é anunciada como tal; ela é subliminar. Realizamos, de certa forma, uma “lavagem cerebral em liberdade”. Na grande mídia, mesmo os debates mais apaixonados se situam na esfera dos parâmetros implicitamente consentidos – o que mantém na marginalidade muitos pontos de vista contrários.

(Adaptado de: **Revista Le Monde Diplomatique Brasil**, ago. 2007 – texto de entrevista com Noam Chomsky)

5. É correto afirmar que Chomsky considera que a mídia não é totalmente livre
- (A) porque depende das tendências de cada jornalista.
- (B) porque realiza uma “lavagem cerebral” na própria mídia.
- (C) por desobedecer a parâmetros impostos pela democracia.
- (D) por ter padrões que são subliminarmente consentidos.
- (E) porque ela serve de veículo às ideias democráticas.

6. Quando os jornalistas são questionados, eles respondem de fato: “nenhuma pressão é feita sobre mim, escrevo o que quero”. E isso é verdade. Apenas deveríamos acrescentar que, se eles assumissem posições contrárias às normas dominantes, não escreveriam mais seus editoriais.

O texto acima, reescrito corretamente e de maneira a conservar sentido semelhante encontra-se em:

- (A) Quando os jornalistas eram questionados, respondem mesmo que nenhuma pressão era feita sobre eles, porque escreviam como que queriam. Afirmação com a qual concordo, mas creio se deva acrescentar que, caso eles assumam posições contrárias às normas dominantes, talvez não escrevessem mais seus editoriais.
- (B) Ao serem questionados, os jornalistas respondem mesmo que nenhuma pressão é feita sobre eles, porque escrevem o que querem. Afirmação com a qual concordo, mas creio se devesse acrescentar que, caso eles assumissem posições contrárias às normas dominantes, não escreveriam mais seus editoriais.
- (C) Ao serem questionados, os jornalistas responderam mesmo que nenhuma pressão era feita sobre eles, porque escrevem o que querem. Afirmação verdadeira, por isso creio que eles deveriam acrescentar que, assumindo posições contrárias às normas dominantes, continuariam a escrever seus editoriais.
- (D) Quando os jornalistas foram questionados, responderam mesmo que nenhuma pressão é feita sobre eles, porque escreviam como que queriam. Afirmação verdadeira, mas creio que eles devem acrescentar que, ao assumir posições contrárias às normas dominantes, talvez não escrevessem mais seus editoriais.
- (E) Quando os jornalistas forem questionados, respondem mesmo que nenhuma pressão é feita sobre eles, porque escrevem como querem. Afirmação verdadeira, mas creio que eles devem acrescentar que, ao assumir posições contrárias às normas dominantes, talvez não escrevam mais seus editoriais.

7. Está correta a regência nominal e verbal em:

- (A) O velho jornalista sempre aspirara aquele cargo, pois tinha de objetivo poder reestruturar a redação dos jornais impresso e *on-line*.
- (B) Lembrou-se de que o amigo gostaria de ter realizado a nova programação, mas isso não lhe fora possível devido às suas condições de saúde.
- (C) Teria sido necessário informar-lhe dos códigos de programação e das regras que regem o uso das rimas em língua portuguesa.
- (D) O juiz isentou-lhe da culpa, uma vez que se constatou que ele não tivera participação nos acontecimentos daquela tarde esportiva.
- (E) Tivera muitas dúvidas em relação que profissão deveria seguir, mas descobriu, ao conhecer as linguagens JAVA e HTML, que gostaria mesmo ser um programador.



8. O sinal da crase está corretamente empregado em:
- (A) Chegando à cidade de seus avós, iriam dirigir-se a casa da família. A tarde fariam um passeio pela cidade e voltariam a casa à noite.
 - (B) O avião chegou a Roma às 6h00, mas os passageiros só desceram a terra às 6h30min. Alguns continuariam a viagem, pois iriam visitar à terra de seus antepassados.
 - (C) Deviam embarcar às 21h00, mas estavam atrasados por causa de um congestionamento que começara a 900 m do desembarque. Assim, chegados à distância de 100 m desse local, seguiram a pé para não perderem a viagem.
 - (D) Uma carta dirigida à Sua Excelência, o juiz da comarca, foi entregue à secretária, pois havia vários lugares a conhecer e pessoas à visitar.
 - (E) Terminada a viagem, todos chegariam à casa satisfeitos, após terem ido às compras para presentear seus familiares que os aguardavam à distância, em seus países.

9. A pontuação está correta em:

- (A) O áspero comentário, que se refere à notícia de que os parlamentares cancelaram seu encontro com o papa, foi realizado por uma pessoa descontente com o tratamento dado à saúde pública que assim se pronunciou:
– Tem de cancelar mesmo! deem as verbas para as santas casas e hospitais públicos, nada de fazer média à custa de quem não tem como tratar da saúde, devido a hospitais sem leitos, sem médicos.
- (B) O áspero comentário que se refere à notícia, de que os parlamentares cancelaram seu encontro com o papa, foi realizado por uma pessoa descontente, com o tratamento dado à saúde pública. Tem de cancelar mesmo, deem as verbas para as santas casas e hospitais públicos. Nada de fazer média à custa de quem não tem como tratar da saúde, devido a hospitais sem leitos, sem médicos.
- (C) O áspero comentário, que se refere à notícia de que os parlamentares, cancelaram seu encontro com o papa, foi realizado por uma pessoa descontente, com o tratamento dado à saúde pública:
– Tem de cancelar mesmo, deem as verbas para as santas casas e hospitais públicos. Nada de fazer média à custa de quem não tem, como tratar da saúde; devido a hospitais sem leitos, sem médicos.
- (D) O áspero comentário que se refere, à notícia de que os parlamentares cancelaram seu encontro com o papa, foi realizado por uma pessoa descontente com o tratamento dado à saúde pública.
– Tem de cancelar mesmo! deem as verbas para as santas casas e hospitais públicos, nada de fazer média à custa de quem não tem, como tratar da saúde, devido a hospitais sem leitos, sem médicos.
- (E) O áspero comentário que se refere à notícia de que os parlamentares cancelaram, seu encontro com o papa foi realizado por uma pessoa descontente, com o tratamento dado à saúde pública: – “Tem de cancelar mesmo, deem as verbas para as santas casas e hospitais públicos, nada de fazer média, à custa de quem não tem como tratar da saúde, devido a hospitais sem leitos, sem médicos”.

10. O uso correto da concordância nominal e verbal está em:

- (A) A surpresa é os prêmios e era preciso a coragem para descartar as grandes emoção e as lágrimas.
- (B) Os falsos poetas perceberam que haviam muitas estruturas poéticas que ainda desconheciam.
- (C) Aos poetas, foi-lhe penoso participar daquelas concentrações monstros na frente da academia.
- (D) As artistas com seus trajes amarelo-laranja, haviam horas que aguardavam para se apresentarem.
- (E) Eu mesma, na qualidade de defensora do meu cargo de programador, busco criatividade.



Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

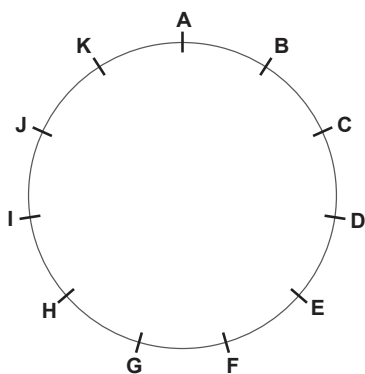
11. Na sequência (4; 11; 32; 95; . . .) a diferença entre o 6º e o 4º termo é, nessa ordem, igual a

- (A) 280.
- (B) 637.
- (C) 756.
- (D) 189.
- (E) 567.

12. Os três vendedores mais bem-sucedidos em uma loja receberão um bônus, em dinheiro, diretamente proporcional ao seu desempenho com vendas. Eles venderam, respectivamente, 63, 42 e 35 unidades de determinado produto. Sabe-se que o total do bônus a ser dividido entre os três é de R\$ 3.220,00. A diferença, em reais, entre o maior e o menor valor recebido, nessa ordem, é igual a

- (A) 644,00.
- (B) 780,00.
- (C) 483,00.
- (D) 161,00.
- (E) 1.449,00.

13. Uma circunferência contém 11 marcas, cada uma delas nomeada com uma letra do alfabeto, em sequência, a partir da letra A. Dois jogadores iniciam um jogo com as respectivas fichas sobre a marca da letra A. Cada um deles, em sua jogada, sorteia um número em um dado comum (de 1 a 6), sendo que se o número sorteado for par ele avança, no sentido horário, o número de marcas indicada no dado, e se o número sorteado for ímpar ele avança, no sentido anti-horário, o número de marcas indicada no dado.



Nos seus sorteios, um dos jogadores sorteou os números: 4, 3, 2, 3, 6 e 5. O outro jogador sorteou os números 6, 6, 1, 4, 3 e 4. Após realizarem todos os movimentos das fichas, o maior número de marcas que estão entre as duas fichas é igual a

- (A) 9.
- (B) 6.
- (C) 8.
- (D) 7.
- (E) 5.

14. O preço de uma mercadoria é controlado pelo governo. Durante um mês esse preço só pode ser reajustado em 22%. Na primeira semana de um determinado mês, um comerciante reajustou o preço em 7%. Após cinco dias, o mesmo comerciante queria reajustar o preço novamente de forma a chegar ao limite permitido de reajuste no mês. O reajuste pretendido pelo comerciante é de aproximadamente

- (A) 15%.
- (B) 12%.
- (C) 19%.
- (D) 13%.
- (E) 14%.

15. Para melhorar sua logística de compras, um comerciante de frutas realizou uma enquete, com 540 pessoas, para identificar as preferências entre as frutas abacaxi, laranja e mamão. Descobriu que $\frac{3}{4}$ dessas pessoas não gostavam de abacaxi. Dentre os que gostavam de abacaxi, $\frac{2}{3}$ gostavam também de laranja e mamão simultaneamente. Os demais que apreciavam abacaxi se distribuíam igualmente em 3 grupos formados por aqueles que apreciavam apenas abacaxi ou abacaxi e laranja ou abacaxi e mamão. Do grupo maior, daqueles que não gostavam de abacaxi, foram identificados que $\frac{3}{5}$ eram apreciadores tanto de mamão como de laranja. Desta maneira, o comerciante identificou que o número de pessoas que apreciavam apenas uma dessas três frutas é igual a

- (A) 243.
- (B) 105.
- (C) 135.
- (D) 162.
- (E) 177.

**História do Rio Grande do Norte**

16. O Hino do Estado do Rio Grande do Norte, oficializado em 1957, faz referência a determinados fatos e personagens históricos. Considere as afirmativas abaixo.
- I. Os versos *Na vanguarda, na fúria da guerra / Já domaste o astuto holandês!* evocam a expulsão dos holandeses, em 1654.
 - II. Os versos *Foi de ti que o caminho encantado / Da Amazônia Caldeira encontrou* evocam a expedição que, sob o comando de Francisco Caldeira Castelo Branco, partiu do Rio Grande em 1615 e chegou ao Pará.
 - III. Os versos *Da conquista formaste a vanguarda, / Tua glória flutua em Belém!* evocam o martírio do padre Miguelinho, preso e executado na cidade de Belém, sob a acusação de inconfidência.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
17. O feriado estadual de 3 de outubro no Rio Grande do Norte corresponde à data
- (A) do massacre de fiéis católicos, ocorrido em Uruaçu, comunidade de São Gonçalo do Amarante.
 - (B) da beatificação dos mortos na capela do Engenho de Cunhaú, município de Canguaretama.
 - (C) da invasão da capela do Engenho de Cunhaú por holandeses aliados a indígenas.
 - (D) do pacto de aliança firmado entre indígenas e colonos portugueses contra os holandeses invasores.
 - (E) da conversão do indígena potiguar Poti ao cristianismo, após suas ações contra a invasão holandesa.

18. Derrotados nas revoltas do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, os “tenentes” formaram a Coluna Prestes, que percorreu o Brasil levando mensagens contra as oligarquias, o coronelismo e o clientelismo eleitoral, entre outras. Em relação à presença da Coluna no Rio Grande do Norte, é correto afirmar:
- (A) No município de São Miguel, em 1926, os integrantes da Coluna fizeram saques em casas comerciais, embora encontrassem resistência armada de cerca de vinte homens.
 - (B) Não houve, no Estado, qualquer confronto com os integrantes da Coluna, pois nas cidades por onde passaram receberam muitas adesões à causa que defendiam.
 - (C) A Coluna não entrou no Estado, pois sua meta era alcançar rapidamente a Bolívia, onde Luís Carlos Prestes havia se refugiado após sofrer intensa repressão.
 - (D) Os políticos potiguares não tomaram conhecimento das ações da Coluna e, portanto, não criaram grupos de resistência para eventuais combates.
 - (E) A conquista do Rio Grande do Norte foi o principal alvo da Coluna, sobretudo depois de ter sido fortemente rechaçada na Paraíba.

19. A participação de mulheres em cargos executivos no Rio Grande do Norte é marcante, a exemplo de Wilma de Faria, prefeita da capital e governadora em duas gestões, e Rosalba Ciarlini, também governadora. Tal participação tem precedente histórico, pois a primeira mulher a assumir o cargo de prefeita eleita no Brasil foi a norte-rio-grandense
- (A) Júnia Marise.
 - (B) Celina Guimarães.
 - (C) Maria do Céu Pereira Fernandes.
 - (D) Nísia Floresta.
 - (E) Alzira Soriano.

20. A Petrobras é responsável, no Rio Grande do Norte, pela produção de
- (A) gasolina, querosene e gás natural.
 - (B) nafta petroquímica, óleo lubrificante e querosene.
 - (C) parafina, solvente e combustível de aviação.
 - (D) gás natural, gás liquefeito de petróleo e óleo diesel.
 - (E) óleo lubrificante, óleo diesel e nafta petroquímica.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Civil

Atenção: As questões de números 21 a 28 referem-se ao Código Civil brasileiro.

21. Gabriela, advogada, pretende ajuizar ação ordinária objetivando o recebimento de honorários advocatícios pactuados entre ela e o Condomínio XS. Considerando que os serviços de Gabriela foram concluídos em Janeiro de 2011 com o término do contrato existente entre as partes, a pretensão de Gabriela para cobrança de seus honorários

- (A) só prescreverá se transcorrido o prazo geral de quinze anos.
- (B) já prescreveu em Janeiro do ano de 2012.
- (C) já prescreveu em Janeiro do ano de 2013.
- (D) ainda não prescreveu, uma vez que o prazo prescricional neste caso é de três anos.
- (E) ainda não prescreveu, uma vez que o prazo prescricional neste caso é de cinco anos.

22. Mário, quinze anos de idade, vendeu sua bicicleta para João, publicitário, que pagou o preço solicitado à vista. Bárbara, dezessete anos de idade, vendeu um par de brincos de ouro e pérolas para Margarida, arquiteta de interiores. Bruno, dezenove anos de idade, celebrou negócio jurídico em que seu objeto era indeterminável. Nestes casos, em regra, os negócios jurídicos celebrados por Mário, Bárbara e Bruno, são, respectivamente,

- (A) anulável, anulável e nulo.
- (B) nulo, anulável e anulável.
- (C) nulo, nulo e anulável.
- (D) nulo, nulo e nulo.
- (E) nulo, anulável e nulo.

23. Marta é patinadora profissional. Há dois anos, quando residia na cidade de Natal com sua mãe, ela foi contratada como integrante do elenco de shows de patinação no gelo da companhia QW, empresa com sede na cidade de São Paulo. Em razão dos espetáculos, Marta viaja o Brasil inteiro fazendo os shows, permanecendo temporariamente em determinadas cidades. Considerando que no último mês ela fez shows na cidade do Rio de Janeiro, será considerado o domicílio de Marta

- (A) o lugar em que ela for encontrada.
- (B) a cidade de Natal, apenas.
- (C) a cidade de São Paulo, apenas.
- (D) a cidade do Rio de Janeiro, apenas.
- (E) as cidades de Natal e do Rio de Janeiro, apenas.

24. Os direitos da personalidade

- (A) admitem a transmissão.
- (B) admitem a renúncia.
- (C) possuem caráter absoluto.
- (D) podem ter seu exercício limitado voluntariamente.
- (E) não são oponíveis *erga omnes*.

25. A família Silva viajava de ônibus para a cidade de Mossoró quando um grave acidente aconteceu e o ônibus que levava a família colidiu frontalmente com um caminhão. Neste acidente faleceram o casal Fabiano e Carla, bem como a mãe de Carla, Gabriela, o avô de Fabiano, Silvio e a irmã mais velha de Carla, Soraya. Considerando que Gabriela possuía doença crônica no coração e que Carla estava sentada no banco da frente do ônibus, não se podendo averiguar qual dos comorientes precedeu aos outros,

- (A) presumir-se-á que Gabriela faleceu primeiro.
- (B) presumir-se-á que Silvio faleceu primeiro.
- (C) presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- (D) presumir-se-á que Carla faleceu primeiro.
- (E) será averiguada a expectativa legal de vida de cada familiar judicialmente.

26. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Casamento.
- II. Exercício de emprego público transitório.
- III. Colação de grau em curso de ensino superior.
- IV. Concessão dos pais, mediante instrumento público, dependente de homologação judicial.

Com relação às pessoas naturais, no tocante à capacidade, cessará, para os menores de idade, a incapacidade, dentre outras, nas hipóteses indicadas APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III e IV.

27. No tocante às Fundações, considere:

- I. Para que se possa alterar o estatuto da Fundação é mister, dentre outros requisitos, que a reforma seja deliberada por um terço dos competentes para gerir e representar a Fundação.
- II. A Fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, políticos, morais, culturais ou de assistência.
- III. Velará pelas Fundações o Ministério Público do Estado onde situadas. Se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público.
- IV. Vencido o prazo de existência da Fundação, em regra, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, III e IV.



28. Hipoteticamente considere: A Igreja Nossa Senhora do Rosário de Fátima e o Partido Nacional da Libertação. Nestes casos, as entidades mencionadas são pessoas jurídicas de direito
- (A) público e privado, respectivamente.
 - (B) público.
 - (C) privado e público, respectivamente.
 - (D) privado.
 - (E) público anômalas.

29. Considere a seguinte situação hipotética: A Lei W entrará em vigor no dia 09 de Setembro de 2013, ou seja, 45 dias após a sua publicação. Ocorre que, no dia 26 de Agosto de 2013 houve nova publicação do texto legal da Lei W destinada à correção. Neste caso, de acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro, o prazo de quarenta e cinco dias
- (A) começará a correr da nova publicação.
 - (B) não se interromperá ou suspenderá com a nova publicação fluindo normalmente.
 - (C) será acrescido de mais dez dias a contar do dia 26 de Agosto de 2013.
 - (D) será contado em dobro, iniciando-se a partir do dia 26 de Agosto de 2013.
 - (E) será acrescido de mais quinze dias a contar do dia 26 de Agosto de 2013.

30. Considere a seguinte situação hipotética: A Lei A teve início de vigência no dia 27 de Novembro de 2012. Posteriormente foi publicada a Lei B e a Lei C. Considerando que a Lei B estabeleceu disposições gerais sobre a Lei A a par das já existentes e a Lei C estabeleceu disposições especiais sobre a Lei A a par das já existentes, é certo que a Lei B
- (A) e a Lei C revogaram a Lei A.
 - (B) e a Lei C não revogaram e nem modificaram a Lei A.
 - (C) e a Lei C modificaram a Lei A.
 - (D) revogou a Lei A e a Lei C modificou a Lei A.
 - (E) modificou a Lei A e a Lei C revogou a Lei A.

Direito Administrativo

31. Delfino, servidor público estadual, percebeu vantagem econômica da empresa "RW Engenharia" para intermediar a liberação de verba pública relativa a contrato administrativo celebrado entre a citada empresa e o Estado do Rio Grande do Norte, contrato este que estava suspenso por força de decisão judicial. Nos termos da Lei nº 8.429/92, a conduta de Delfino
- (A) caracteriza ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
 - (B) não caracteriza ato ímprobo, mas mero ilícito administrativo.
 - (C) caracteriza ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário.
 - (D) não caracteriza ato ímprobo, mas apenas conduta criminosa.
 - (E) caracteriza ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da Administração pública.

32. Considere as seguintes características:

- I. Não poderá ocorrer por ato de ofício da Administração pública, sob pena de caracterizar punição, o que não é o propósito de tal instituto.
- II. Dar-se-á com ou sem mudança de sede.
- III. Ocorrerá no âmbito do mesmo quadro.

Nos termos da Lei Complementar Estadual 122/1994, especificamente no que concerne ao instituto da remoção, está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

33. Márcia, ex-servidora pública do Estado do Rio Grande do Norte, foi demitida do serviço público estadual em razão da prática de improbidade administrativa. Nessa hipótese e nos termos da Lei Complementar Estadual 122/1994, Márcia

- (A) poderá retornar ao serviço público estadual após o decurso do prazo de cinco anos.
- (B) não poderá retornar ao serviço público estadual.
- (C) poderá retornar ao serviço público estadual após o decurso do prazo de dois anos.
- (D) poderá retornar ao serviço público estadual após o decurso do prazo de três anos.
- (E) poderá retornar ao serviço público estadual após o decurso do prazo de dez anos.

34. A Lei Complementar Estadual 303/2005 traz disposições atinentes ao instituto da convalidação dos atos administrativos. Segundo o citado regramento legal, a impossibilidade da convalidação

- (A) impedirá a invalidação do ato sem efeitos retroativos, desde que não seja comprovada a má-fé de seus beneficiários diretos.
- (B) impedirá a invalidação do ato sem efeitos retroativos, em qualquer hipótese.
- (C) impedirá a invalidação do ato com efeitos retroativos, em qualquer hipótese.
- (D) não impedirá a invalidação do ato sem efeitos retroativos, desde que comprovada a má-fé de seus beneficiários diretos.
- (E) não impedirá a invalidação do ato sem efeitos retroativos, desde que não seja comprovada a má-fé de seus beneficiários diretos.



<p>35. De acordo com a Lei Complementar Estadual 303/2005, contra decisões tomadas originariamente pelo Governador do Estado ou pelo dirigente superior de pessoa jurídica da Administração pública indireta caberá pedido de reconsideração. Tal pedido</p> <p>(A) será admitido ainda que inexistam novos argumentos.</p> <p>(B) deverá ser interposto no prazo de trinta dias, e não poderá ser renovado, observando-se, no que couber, o regime do recurso administrativo.</p> <p>(C) será sempre dirigido à autoridade que houver proferido a decisão.</p> <p>(D) deve ser julgado no prazo de sessenta dias, prorrogável por igual período, ante justificativa explícita.</p> <p>(E) será tido como acolhido caso decorra o prazo previsto em lei para seu julgamento, sem que tenha havido qualquer manifestação expressa do Governador do Estado.</p>	<p>39. Considere a seguinte assertiva: <i>o ato administrativo válido, isto é, legal, pode ser anulado pela própria Administração pública</i>. A assertiva em questão está</p> <p>(A) incorreta, porque, no enunciado narrado, a anulação somente pode ser feita pelo Poder Judiciário.</p> <p>(B) correta, pois a Administração pública pode, de ofício, anular atos administrativos válidos.</p> <p>(C) incorreta, pois a anulação pressupõe sempre ato administrativo ilegal.</p> <p>(D) correta, porque a anulação é cabível, excepcionalmente, para atos administrativos válidos.</p> <p>(E) incorreta, pois a Administração pública não pode anular seus próprios atos.</p>
<p>36. Considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. A desconcentração está relacionada ao tema “hierarquia”.</p> <p>II. Na desconcentração, há uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica.</p> <p>III. Quando, por exemplo, o poder público (União, Estados e Municípios) cria uma pessoa jurídica de direito público, como a autarquia, e a ela atribui a titularidade e a execução de determinado serviço público, ocorre a chamada desconcentração.</p> <p>IV. Quando, por exemplo, a execução do serviço público é transferida para um particular, por meio de concessão ou permissão, ocorre a chamada descentralização.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>40. Nos termos da Lei Complementar Estadual 303/2005, aquele que pretender, da Fazenda Pública, ressarcimento por danos causados por agente público, agindo nessa qualidade, poderá requerê-lo administrativamente. A decisão do pedido de indenização caberá ao</p> <p>(A) Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.</p> <p>(B) Governador do Estado.</p> <p>(C) Consultor-Geral do Estado.</p> <p>(D) Procurador-Geral do Estado.</p> <p>(E) Procurador-Geral de Justiça.</p>
<p>37. Os órgãos públicos, quanto à posição estatal, classificam-se em independentes, autônomos, superiores e subalternos. Nessa categoria, o Senado Federal enquadra-se como órgão público</p> <p>(A) autônomo.</p> <p>(B) independente.</p> <p>(C) superior.</p> <p>(D) subalterno.</p> <p>(E) autônomo e subalterno, concomitantemente.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>41. Suponha que a autoridade administrativa de determinado Estado da Federação tenha aplicado a um servidor público a pena de suspensão de suas funções por 30 dias, em razão de prática de infração disciplinar. A autoridade administrativa então determinou o imediato cumprimento da pena, antes mesmo do julgamento do recurso interposto pelo servidor. Considerando que a legislação daquele Estado assegura ao servidor público que este não seja punido antes de julgado o recurso administrativo pendente de apreciação, o servidor poderá pleitear ao Poder Judiciário que impeça o cumprimento imediato da penalidade administrativa por meio de</p> <p>(A) <i>habeas corpus</i>, sob o argumento de que houve violação à sua liberdade de exercício de profissão.</p> <p>(B) mandado de injunção, sob o argumento de que houve violação a direito líquido e certo, não amparado por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i>.</p> <p>(C) mandado de injunção, sob o argumento de que não lhe foi permitido o exercício de direitos e liberdades constitucionais.</p> <p>(D) mandado de segurança, sob o argumento de que houve violação a direito líquido e certo, não amparado por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i>.</p> <p>(E) <i>habeas data</i>, sob o argumento de que lhe está sendo vedado o direito ao devido processo legal.</p>
<p>38. Os atos de improbidade previstos no artigo 11, da Lei nº 8.429/92 (atentatórios aos princípios da Administração pública) exigem, para sua ocorrência, conduta</p> <p>(A) culposa ou dolosa e dano ao erário.</p> <p>(B) culposa ou dolosa e enriquecimento ilícito do agente ímprobo.</p> <p>(C) culposa ou dolosa, apenas.</p> <p>(D) dolosa, dano ao erário e enriquecimento ilícito do agente ímprobo.</p> <p>(E) dolosa, apenas.</p>	



<p>42. À luz do sistema de controle de constitucionalidade de leis e atos normativos vigente no Brasil, analise as seguintes assertivas:</p> <p>I. Cabe ao Supremo Tribunal Federal exercer o controle difuso de constitucionalidade ao julgar as ações diretas de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federais ou estaduais.</p> <p>II. A Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal consta no rol constitucional de legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade.</p> <p>III. A arguição de descumprimento de preceito fundamental será apreciada originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça, cabendo ao Supremo Tribunal Federal julgá-la em sede de recurso extraordinário.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III. (B) II, apenas. (C) I e II, apenas. (D) II e III, apenas. (E) I e III, apenas.</p>	<p>44. De acordo com a Constituição Federal brasileira, cabe aos Estados</p> <p>(A) legislar sobre matéria de competência dos Municípios, caso não haja norma municipal a respeito do assunto.</p> <p>(B) delegar aos Municípios a competência para legislar sobre questões específicas das matérias sujeitas à competência legislativa estadual.</p> <p>(C) legislar apenas sobre as matérias especificamente enumeradas em lei complementar federal.</p> <p>(D) legislar sobre as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal brasileira.</p> <p>(E) legislar sobre normas específicas das matérias sujeitas à competência privativa da União, independentemente de delegação.</p>
<p>43. Considere o seguinte trecho de ementa de acórdão do Supremo Tribunal Federal:</p> <p><i>O princípio da reserva de lei atua como expressiva limitação constitucional ao poder do Estado, cuja competência regulamentar, por tal razão, não se reveste de suficiente idoneidade jurídica que lhe permita restringir direitos ou criar obrigações. Nenhum ato regulamentar pode criar obrigações ou restringir direitos, sob pena de incidir em domínio constitucionalmente reservado ao âmbito de atuação material da lei em sentido formal. O abuso de poder regulamentar, especialmente nos casos em que o Estado atua contra legem ou praeter legem, não só expõe o ato transgressor ao controle jurisdicional, mas viabiliza, até mesmo, tal a gravidade desse comportamento governamental, o exercício, pelo Congresso Nacional, da competência extraordinária que lhe confere o art. 49, inciso V, da CF, e que lhe permite "sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (...). Doutrina. Precedentes..." (Ação Civil 1.033-AgR-QO, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 25/5/2006, Plenário, DJ de 16/06/2006)</i></p> <p>Nesse caso, cuidou o Supremo Tribunal Federal de aplicar</p> <p>(A) a regra segundo a qual ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.</p> <p>(B) o princípio da legalidade, segundo o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.</p> <p>(C) a regra segundo a qual o Poder Executivo não pode criar obrigações ou restringir direitos, ainda que mediante medida provisória.</p> <p>(D) a regra segundo a qual o ato regulamentar, que extrapole os limites impostos na lei, não está sujeito a controle jurisdicional, mas a controle político pelo Congresso Nacional.</p> <p>(E) a regra segundo a qual o exercício do poder regulamentar é inconstitucional, à luz do princípio da legalidade.</p>	<p>45. De acordo com a Constituição Federal brasileira, os Estados poderão instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, desde que</p> <p>(A) o façam mediante Lei Complementar, versando sobre agrupamentos de Municípios limítrofes.</p> <p>(B) o façam mediante Lei Ordinária, de iniciativa do Governador do Estado.</p> <p>(C) seja previamente ouvida a população dos Municípios envolvidos, mediante plebiscito.</p> <p>(D) sejam criadas no período previsto em Lei Complementar Federal.</p> <p>(E) seja facultado a todos os Municípios do Estado o direito de integrar o agrupamento.</p>
	<p>46. Suponha que o Presidente da República tenha editado Decreto pelo qual delegou, ao Ministro da Justiça, nas condições ali especificadas, as competências para: a) extinguir funções ou cargos públicos quando vagos; b) prover cargos públicos federais e c) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.</p> <p>De acordo com o disposto na Constituição Federal brasileira, o referido Decreto é</p> <p>(A) constitucional, uma vez que preenchidos todos os requisitos constitucionais para tanto.</p> <p>(B) inconstitucional, uma vez que essas competências poderiam ser delegadas apenas para o Advogado-Geral da União.</p> <p>(C) inconstitucional, uma vez que a delegação de competências somente seria admissível se previamente autorizada pelo Congresso Nacional.</p> <p>(D) constitucional, uma vez que essas competências do Presidente da República podem ser delegadas a quaisquer Ministro de Estado.</p> <p>(E) inconstitucional, uma vez que não poderia ser delegada a competência relativa à prestação de contas ao Congresso Nacional.</p>



<p>47. Suponha que o Tribunal de Contas da União tenha julgado ilegal contrato celebrado por entidade da Administração pública, aplicando ao responsável pela ilegalidade as sanções previstas em lei. Assinou, ainda, prazo para que a Administração adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, caso contrário o fato seria informado ao Congresso Nacional, com proposta de sustação da execução do contrato impugnado. Considerando a disciplina constitucional da matéria, a atuação do Tribunal de Contas da União, nesse caso foi</p> <p>(A) irregular, uma vez que o Tribunal de Contas não tem competência para aplicar sanções aos responsáveis por ilegalidade de despesa, à vista do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.</p> <p>(B) irregular, uma vez que os contratos celebrados pela Administração pública não se sujeitam à fiscalização do Tribunal de Contas, mas apenas do Congresso Nacional.</p> <p>(C) regular, tendo o Tribunal de Contas exercido sua competência para fiscalizar as contas da Administração pública.</p> <p>(D) irregular, uma vez que não cabe ao Tribunal de Contas informar o Congresso Nacional para que suste a execução do contrato, devendo requerer ao Poder Judiciário que determine a sustação do contrato ilegal.</p> <p>(E) irregular, uma vez que o Tribunal de Contas deveria ter sustado direta e imediatamente a execução do contrato ilegal.</p>	<p>49. Dentre as competências do Conselho Nacional de Justiça, encontra-se a de</p> <p>(A) julgar as ações diretas de inconstitucionalidade e as ações declaratórias de constitucionalidade.</p> <p>(B) julgar os recursos extraordinários interpostos contra os acórdãos proferidos pelos Tribunais Superiores.</p> <p>(C) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.</p> <p>(D) julgar os <i>habeas corpus</i> impetrados contra acórdãos proferidos pelos Tribunais Superiores.</p> <p>(E) julgar os mandados de segurança impetrados contra ato dos Tribunais Superiores.</p>
<p>48. Considere a hipótese de um Deputado Federal ter proposto projeto de lei para alteração do regime jurídico dos servidores públicos da União. O referido projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, tendo sido vetado integralmente pelo Presidente da República, por motivo de inconstitucionalidade, devidamente comunicado ao Presidente do Senado Federal. Na sequência, o veto presidencial foi rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores reunidos em sessão conjunta, após o que a lei foi promulgada pelo Presidente da República no prazo constitucional. À luz da Constituição Federal brasileira, a lei em questão é</p> <p>(A) inconstitucional, uma vez que o projeto de lei não poderia ter sido proposto por Deputado Federal, mas apenas pelo Presidente da República.</p> <p>(B) inconstitucional, uma vez que o Presidente da República não tem competência para vetar integralmente projeto de lei, sendo permitido apenas o veto de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.</p> <p>(C) inconstitucional, uma vez que o veto deve ser apreciado pelas Casas do Congresso Nacional separadamente.</p> <p>(D) inconstitucional, uma vez que a lei somente poderia ter sido promulgada pelo Presidente do Senado Federal.</p> <p>(E) constitucional, uma vez que foram observadas as normas relativas ao processo legislativo quanto à iniciativa, aprovação, veto e promulgação.</p>	<p>50. A Constituição de determinado Estado-membro estabeleceu a competência do Tribunal de Justiça do Estado para julgar a representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, podendo a representação ser proposta apenas pelo Procurador-Geral de Justiça. A Constituição Estadual referida violou a Constituição Federal uma vez que</p> <p>(A) a competência para o julgamento das representações de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da Constituição Estadual é do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) não poderia estabelecer a competência do Tribunal de Justiça para julgar a representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais em face da Constituição Estadual.</p> <p>(C) não poderia estabelecer a competência do Tribunal de Justiça para julgar a representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da Constituição Estadual.</p> <p>(D) a competência para o julgamento das representações de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual é do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) não poderia estabelecer um único legitimado para a propositura da representação de inconstitucionalidade.</p> <p>Legislação Institucional (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte – ALERN)</p> <p>51. Em razão da comemoração de feriado estadual, o Presidente da ALERN propôs aos Deputados que se reunissem em outro local do território do Estado. A aprovação dessa proposta requer a deliberação de</p> <p>(A) maioria simples dos Deputados.</p> <p>(B) dois terços dos Deputados.</p> <p>(C) três quintos dos Deputados.</p> <p>(D) maioria absoluta dos Deputados.</p> <p>(E) quatro quintos dos Deputados.</p>



<p>52. Mediante requerimento de um deputado, o plenário da ALERN decidiu realizar homenagem a uma instituição de assistência social sem fins lucrativos que presta serviços aos municípios do Estado. Esse ato deverá ocorrer em sessão</p> <p>(A) preparatória. (B) extraordinária. (C) secreta. (D) ordinária. (E) solene.</p>	<p>57. A CE/RN estabelece as competências para a Organização do Estado e dos Poderes. Assim, fixar preços públicos e conferir condecorações e distinções honoríficas é competência privativa</p> <p>(A) do Secretário de Estado. (B) da Consultoria Geral do Estado. (C) do Deputado Estadual. (D) do Governador do Estado. (E) do Vice-Governador do Estado.</p>
<p>53. Após a sessão de posse dos Deputados, o Presidente da ALERN deve convocar nova sessão para a eleição da Mesa. É regra atinente a essa eleição</p> <p>(A) o tempo de mandato máximo de um ano. (B) a possibilidade de poderem concorrer tanto titulares como suplentes previamente registrados como candidatos. (C) a possibilidade de fazer a comunicação da intenção de concorrer até duas horas antes do início da sessão. (D) a vedação à reeleição. (E) a eleição até a data da terceira sessão ordinária.</p>	<p>58. Os municípios devem prestar contas ao Tribunal de Contas anualmente. Conforme previsão constitucional, mesmo após o exercício do controle externo pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, as contas devem ficar à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação durante</p> <p>(A) 15 dias. (B) 30 dias. (C) 60 dias. (D) 90 dias. (E) 180 dias.</p>
<p>54. Um Deputado foi preso em flagrante pela prática de crime definido como inafiançável. É regra aplicável ao caso,</p> <p>(A) a impossibilidade dessa prisão em razão da inviolabilidade penal dos Deputados. (B) o prazo de uma semana para a manifestação do Plenário da ALERN. (C) a necessidade da remessa do auto de prisão à ALERN dentro de 48 horas. (D) a impossibilidade da ocorrência dessa prisão após a expedição do diploma. (E) o dever de ser facultado ao Deputado a realização da defesa por escrito ou oral em reuniões secretas.</p>	<p>59. A competência dos atos praticados pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte – ALERN está definida na Constituição do Estado e, em alguns casos, são realizados com a participação de outro Poder. Assim, cabe à ALERN, com a sanção do Governador,</p> <p>(A) dispor sobre a previdência social dos Deputados Estaduais. (B) escolher quatro membros do Tribunal de Contas do Estado. (C) autorizar referendo e plebiscito. (D) dispor sobre plano e programas de desenvolvimento econômico, social e ambiental. (E) aprovar intervenção municipal.</p>
<p>55. Um deputado negou-se a deixar o recinto do plenário quando ordenado pelo Presidente da ALERN. Esse ato é passível da pena de</p> <p>(A) censura. (B) suspensão temporária de 30 dias. (C) suspensão temporária de 60 dias. (D) suspensão temporária de 90 dias. (E) perda do mandato.</p>	<p>60. Algumas matérias, em razão de sua relevância, têm tramitação especificada na CE/RN. É o caso do Estatuto dos Servidores Públicos que depende de aprovação por</p> <p>(A) Lei Complementar. (B) Lei Ordinária. (C) Lei Delegada. (D) Decreto Legislativo. (E) Resolução.</p>

Constituição do Estado do Rio Grande do Norte (CE/RN)

56. Nos termos da CE/RN, quem não receber, no prazo de dez dias, informações de seu interesse particular, de interesse coletivo ou geral, requeridas aos órgãos públicos estaduais pode, não sendo hipótese de *habeas data*, exigilas judicialmente. Nesse caso, o juiz, após ouvir quem deve prestar essas informações, deverá decidir no prazo de
- (A) 2 dias.
(B) 5 dias.
(C) 10 dias.
(D) 15 dias.
(E) 30 dias.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Atenção:**

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que for assinada, na folha de respostas definitiva, fora do campo de assinatura do candidato, apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação.

O desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade. E é tão característica, entre nós, essa maneira de ser, que não desaparece sequer nos tipos de atividade que devem alimentar-se normalmente da concorrência. Um negociante da Filadélfia manifestou certa vez a André Siegfried seu espanto ao verificar que, no Brasil como na Argentina, para conquistar um freguês tinha necessidade de fazer dele um amigo.

(Adaptado de: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, cap. v)

No trecho acima, Sérgio Buarque de Holanda procura caracterizar o brasileiro como “homem cordial”. A partir dessa noção, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

O homem cordial e as relações de trabalho no Brasil

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	